



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 28

Sessão Ordinária de Fevereiro

1.ª Reunião de 23-02-2011

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Vítor Manuel Marques oliveira, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sésando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:

Manuel José Prior Pedreira das Neves.[01](#)

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, e Maria da Luz Nolasco Cardoso.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Vítor Manuel Marques oliveira, Paulo Alexandre Florentino Marques, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.[02](#)

Os sucedâneos, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Moreira Dinis e António Manuel Santos, pediram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.[03](#)

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

- **A – Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança.**

- **B – Para a Sessão Ordinária**

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – 3.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município;

Ponto 3. – Plano de Pormenor do Centro – proposta de alteração;

Ponto 4. – Empresas Municipais – propostas de alteração dos Estatutos da EMA, TEMA e MOVEAVEIRO;

Ponto 5. – Propostas:

a) **De recomendação à Câmara Municipal - Elaboração do relatório do estado do ordenamento do território do Município de Aveiro;**

b) **Moção – Em defesa de um serviço público de qualidade de transporte ferroviário de passageiros.**

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [04](#)

Acta n.º 23 – Sessão Ordinária de Dezembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Acta n.º 24 – Sessão Ordinária de Dezembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 25 – Sessão Ordinária de Dezembro - 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 26 – Sessão Ordinária de Dezembro - 4.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 27 – Sessão Ordinária de Dezembro - 5.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor e quatro abstenções.

De seguida, o Presidente da Mesa usou da palavra para cumprimentar todos os presentes, em especial os membros do Conselho Municipal de Segurança.

- **A – Tomada de Posse do Conselho Municipal de Segurança.**

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa leu a acta de posse para a instalação deste Conselho Municipal, seguindo-se a chamada dos membros para a assinatura formal.⁰⁵

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, - *Élio Manuel Delgado da Maia*

Vereador do Pelouro da Segurança - *Miguel Soares Fernandes*

Presidente da assembleia Municipal de Aveiro - *Luís Miguel Capão Filipe*

Presidente da Junta de Freguesia de Aradas - *David Paiva Martins*

Presidente da Junta de Freguesia de Cacia - *Casimiro Simões Calafate*

Presidente da Junta de Freguesia de Eiol - *Manuel Vieira dos Santos*

Presidente da Junta de Freguesia de Eixo - *Carlos Mário Magalhães Anileiro*

Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira - *Maria Romana Fragateiro*

Presidente da Junta de Freguesia da Glória - *Fernando Tavares Marques*

Presidente da Junta de Freguesia de Nariz - *Telmo Vieira Martins*

Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima - *Antero Marques dos Santos*

Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha - *Armando Manuel Dinis Vieira*

Presidente da Junta de Freguesia de Requeixo - *Sesnando Alves dos Reis*

Presidente da Junta de Freguesia de São Bernardo - *José António Tavares Vieira*

Presidente da Junta de Freguesia de São Jacinto - *Rui Leal Vaz*

Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana - *Vitor Manuel Martins*

Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz - *João Alberto Simões Barbosa*

Procuradora-Adjunta do DIAP de Aveiro - *Isabel Maria Carvalho Barreira dos Santos*

Comandante da Divisão de Aveiro da Polícia de Segurança Pública – Comissário *Luís Silva*

Comandante do Destacamento Territorial de Aveiro da GNR – Capitão *Henrique Fernando de Oliveira Faria*

Comandante da Capitania do Porto de Aveiro – Capitão de Fragata *João Afonso Marques*

Coordenador do Departamento de Investigação Criminal da PJ de Aveiro

Chefe da Delegação Regional de Aveiro do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - *Luís Fernando Almeida Leal*

Director do Departamento de Polícia Municipal e Protecção Civil - Subintendente *Fernando Lopes*

Comandante dos Bombeiros Velhos - *Carlos Nunes Pires*

Comandante dos Bombeiros Novos – *Ricardo Fradique*

Representante do Director do Serviço Sub-Regional de Segurança Social de Aveiro - *Cláudia Balcão*

Coordenador do Instituto da Droga e Toxicodependência - *Maria Celina Alves*

Presidente das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Aveiro - *Óscar Gonçalves dos Santos Martins*

Presidente da Associação Comercial de Aveiro - *Jorge Manuel de Pinho Silva*

Vice-Presidente da Associação Industrial do Distrito de Aveiro - *Carlos Manuel Melo Leitão*

Membro da Direcção da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro

Representante da União de Sindicatos de Aveiro da CGTP

Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT) em Aveiro

Membros do Conselho designados pela Assembleia Municipal:

Sérgio Carlos Soares dos Santos

António Luís Almeida

António Manuel Brito Moreira

Pedro Machado Pires da Rosa

Sérgio Filipe Pires Loureiro

João Manuel Póvoa Carvalho

Carlos Jorge Cardoso Simões

Padre João Gonçalves

Rafael Alexandre Lopes Nevado

Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro

Manuel Veríssimo Póvoa M. Marques

De seguida o Presidente da Mesa deu nota de como ficam investidos nas suas funções e de como a lei confere à Assembleia Municipal a honra deste tomarem posse perante este órgão.

DURANTE A SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO ESTEVE PATENTE NOS “PASSOS PERDIDOS” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, UMA MOSTRA DA FREGUESIA DE REQUEIXO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA “AS FREGUESIAS VÃO À ASSEMBLEIA” COM O TEMA: PATRIMÓNIO E AMBIENTE.

• B – Para a Sessão Ordinária

Presidente da Mesa¹⁰

“Voto de Pesar, pelo falecimento do ex-autarca, Presidente de Junta de Freguesia de Cacia, Fernando Augusto de Oliveira, subscrito pela Mesa da Assembleia Municipal, do seguinte teor:

«**VOTO DE PESAR:**

No passado dia 19 de Fevereiro o município de Aveiro perdeu uma das figuras mais marcantes da história autárquica deste concelho.

A história comunitária, social e política de Aveiro viu partir uma das personalidades que mais se destacou na defesa e promoção da Freguesia de Cacia, quer na área política e social, quer no zeloso desempenho que sempre colocou enquanto presidente de Junta, durante 17 anos.

Fernando Augusto Oliveira, foi um digno Presidente da Junta de Freguesia de Cacia, entre 1976 e 1993. Tendo exercido os seus mandatos com um sentido de comunidade e uma dedicação a Cacia e ao Concelho, registando-se entre várias áreas sociais, a Urbanização Zona Sudoeste, a implementação da EB 2,3 de Cacia, a nova sede da Junta de Freguesia, bem como a implantação da rede de saneamento básico naquela localidade.

Neste sentido, a Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro, propõe um voto de pesar pelo falecimento de Fernando Augusto Oliveira e o cumprimento de um minuto de silêncio, como merecida homenagem».”

Colocado à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, procedendo-se a um minuto de silêncio.

De seguida, o Presidente da Mesa¹¹ nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o munícipe *José Alberto Carvalho Neves*¹², residente na freguesia de Esgueira, veio expor um assunto relacionado com o Aeródromo Municipal de Aveiro, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral, para alertar para a possibilidade da instituição poder vir a encerrar por falta de apoio da Câmara Municipal.

Usou da palavra a munícipe *Maria de Fátima Carvalho Santos Duarte*¹⁴, residente na freguesia de Aradas, veio expor um assunto relacionado com a EB1 Leirinhas, na qualidade de Presidente da Associação de Pais de Aradas (APAR), para requer à Câmara Municipal que realize as obras de reparação dos Wc’s da escola.

Usou da palavra o munícipe *João Manuel Martins Cipriano*¹⁶, residente na freguesia da Vera Cruz, veio expor assunto relacionado com os sinais de trânsito na zona da Beira Mar.

Usou da palavra o município *Miguel António Costa da Silva*¹⁸, residente na freguesia de Requeixo, veio expor assunto relacionado com sua freguesia e dar uma mensagem solidariedade sobre a exposição “Natureza e Património de Requeixo” colocou ao público nos “Passos Perdidos” da sede da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa ⁰²⁰

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) ⁰²¹

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²²

Presidente da Mesa ⁰²³

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰²⁵

Presidente da Mesa ⁰²⁶

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰²⁷

Vogal Paulo Marques (CDS) ⁰²⁸

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁹

“Boa noite Ex.ma Mesa, Executivo, caros colegas de bancada, Municípes.

Uma primeira nota relativamente à intervenção que assistimos aqui por parte dos municípes.

Uma nota muito breve. Para registar que alguma intervenções demonstraram que a Câmara continua extremamente ineficiente do ponto de vista da sua organização interna.

Nem algumas medidas aqui apresentadas, muito recentemente, ao nível da reorganização funcional da Câmara, não conseguiram produzir nenhum efeito. Portanto denota uma inoperância total do ponto de vista do funcionamento interno da Câmara. Provavelmente, esta questão será resolvida com a entrada dos funcionários que estão previstos.

Uma segunda nota nesta intervenção para a questão das piscinas em Aveiro.

Por força de outras obrigações eu passo frequentemente em frente àquele espaço. E aquilo a que assisto, e aquilo a que todos assistimos, é, efectivamente, a uma degradação clara daquilo que podemos ver ao nível do aspecto exterior e agora, também, com alguma aparência de degradação do aspecto interior e que é visível por parte de quem passa na rua. E a minha pergunta é: «até quando é que aquela situação se vai manter? Que tipo de resolução é que vamos ter para aquela situação? Qual é a solução?». É que, para além da perda de equipamento desportivo, neste momento, nós temos uma situação que é extremamente gravosa para a imagem do município, nomeadamente para a imagem do município para as pessoas que nos visitam de fora. É um espaço que está no centro da cidade e que se degrada a olhos vistos, no dia-a-dia.

Por fim, uma nota aqui para os meus colegas de bancada do Bloco de Esquerda, relativamente àquilo que teceram em termos de comentários. A única questão que eu gostava de colocar aqui é esta: vocês elencam uma série de problemas que o país apresenta. E a minha pergunta é: para essa situação, a única proposta que vocês fazem é apenas uma moção de censura?”

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD) ⁰³⁰

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [031](#)

“Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, restantes membros da mesma. Boa noite, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, e público em geral.

Como é habitual, as minhas intervenções são normalmente vocacionadas para casos muito práticos da vida do dia-a-dia dos munícipes.

E, mais uma vez, eu trago aqui um assunto que foi falado que é o problema do quartel da Avenida Araújo e Silva.

Vários residentes naquela zona, onde, por acaso, há uma percentagem elevada de pessoas com alguma idade avançada, referem a situação de insegurança em que se encontram. Eu estou a olhar para o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Élio, que me está a dizer que sim, porque creio que já conhece a situação.

Durante a noite são frequentes as discussões, os gritos, as correrias em direcção ao Parque, e depois vêm do Parque e metem-se no quartel... pessoas que sabemos que são sem abrigo, são toxicodependentes, são marginais. Esta situação decorre, sobretudo, ao cair ou ao início da noite, e prolonga-se pela noite dentro.

Os residentes daquela via, em grande número já idosos, vêm com preocupação esta situação. De facto, sendo estes frequentadores/residentes pertencentes a uma faixa problemática da população, torna-se urgente e necessária uma intervenção para pôr fim a esta situação.

E é em nome dessa segurança das pessoas residentes naquela via e também noutras vias da cidade, mas neste caso em concreto, na Avenida Araújo e Silva, que eu vinha trazer, novamente, este problema à Assembleia para que se possa de alguma forma proteger não só a segurança das pessoas, mas também dos seus próprios bens.

É frequente ouvirem-se sons que não se sabe se têm a ver com tiros, vidros partidos, portas partidas, os portões estão completamente abertos... é uma situação, no centro da cidade. Já ouvimos várias versões do que aconteceu àquele quartel e eu deixava aqui esta nota, para que a Câmara pudesse intervir de alguma forma.

Também trago, novamente, um outro problema que já aqui falei: o estacionamento completamente desadequado na Rua Combatentes da Grande Guerra, em frente à Casa Martelo. É absolutamente incompreensível e chega a ser, até degradante aquilo que se passa naquela via. Quando os carros se dirigem para o estacionamento por vezes, além de fazerem uma fila enorme de espera, que vem até à Avenida Santa Joana, entopem o trânsito naquela zona. E mais... nós sabemos que a Câmara pintou de amarelo para que não houvesse lá estacionamento, mas o que é certo é que continua a existir, quer de um lado, quer do outro. E dá-se este caso curioso: carros que vêm da zona dos Correios e carros que querem ir para o estacionamento e carros que se dirigem à Casa Martelo e carros que estão lá, em permanência, durante todo o dia.

Eu creio que naquela zona é necessária uma intervenção, seja ela qual for, mas o trânsito tem de ser regulado.

Para terminar, eu queria só dizer ao Sr. deputado do CDS que há bocadinho falou, que aquilo que se passou na Assembleia da República não se pode assacar as responsabilidades, se assim o entende que existem responsabilidades quanto aos salários dos gestores, é que a proposta não passou apenas com os votos do PS, como sabe. Portanto, era só fazer a rectificação. Porque o PS serve de bombo para todas as coisas, mas também temos de pôr as coisas nos sítios, de vez em quando. É só isso. Não estou a discutir se a proposta que fizeram era boa ou não era boa. É só para repor a verdade dos factos.”

Presidente da Mesa [032](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) [033](#)

Presidente da Mesa [034](#)

Vogal Sesnando Alves dos Reis (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [035](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas.

Quero agradecer à Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, ao Dr. Cartaxo que foi incansável na resolução dos problemas que foram surgindo na montagem da exposição e ao apoio dos funcionários da Câmara em si.

Pois bem. Julgo que é importante mostrarmos aquilo que temos. Eu dizia há tempo que Requeixo é um alter. Requeixo, tem duas cores: verde e azul. Azul da água, e verde da sua imensa floresta. Quero dizer isto aqui porque há tempos atrás Requeixo era só verde! Ainda no jornal da Região de Águeda há dias lia «mais uma invenção para a Pateira». Mais uma invenção como aquelas que já passaram – continuam a mandar notícias cá para fora e não se executa nada!?

Temos uma Pateira ‘azul’ porque a Câmara de Aveiro apoiou a Junta de Freguesia até chegarmos à ARH e conseguirmos a limpeza da Pateira. Temos a Pateira actualmente com os “jacintos” eliminados, temos uma Pateira digna de se visitar, e temos uma Pateira dignamente de ser fotografada. Foi isso que aconteceu e quisemos trazer aqui.

Portanto, meus senhores, Requeixo começa agora a poder mostrar alguma coisa a alguém. Esse alguém somos todos nós os aveirenses.

Eu deixo aqui um apelo muito sério a todos os deputados, a todas as pessoas desta Assembleia, que visitem Requeixo.

Eu sei que há muitos deputados que, muitos nesta Assembleia, que nem sequer conhecem Requeixo. É pena!

Requeixo esteve escondido muitos anos. E é pena também que em tantos anos e tanto dinheiro, nada se fez quase em Requeixo! E actualmente com a crise que atravessamos, temos a Pateira limpa, temos Requeixo com os canais abertos, temos uma ligação a Óis da Ribeira com “tapete”. Portanto não é preciso muito dinheiro para se fazerem grandes coisas. É preciso é ter garra, coragem, e saber investir o pouco que temos. Foi isso mesmo que a Câmara fez em Requeixo, pouquinho mas bem feito.

Quero agradecer à Câmara Municipal todo o apoio forte e tudo aquilo que tem apoiado em Requeixo. Isto porque Requeixo esteve morto, esteve esquecido, esteve abandonado. Nunca ninguém se lembrou de Requeixo. Hoje Requeixo já se vê ao longe – coisa que nunca aconteceu. Ainda há dias se falava (também num jornal de Águeda) que a Pateira tinha sido limpa por três Juntas de Freguesia. Quero dizer-vos que quem deu a ideia, o pontapé de saída, para a limpeza dos “jacintos” foi a Junta da Freguesia de Requeixo. Foram quatro as freguesias envolvidas, mas foi a Freguesia de Requeixo com a colaboração da Câmara que fez o ‘estudo’ para a limpeza; não foi mais ninguém. Agradeço à ARH de Coimbra, à Dr^a Teresa Fidélis, mas em especial ao Eng.º Nuno Bravo, que celebrou o protocolo porque acreditou em nós Junta de Requeixo, e foi assim que conseguimos a limpeza da Pateira.

Voltando um bocadinho à exposição de fotografias, se nós não tivéssemos a Pateira com a dignidade que está, parecia mal levar lá todos os fotógrafos que vieram do Alentejo, de Lisboa, do Minho – tivemos gente de todo lado no concurso de fotografia.

Por isto tudo, mais uma vez faço o apelo a todos, para que visitem a Pateira, porque a Pateira merece, e Requeixo merece ser desenvolvido e merece ser aproveitado. Obrigado.”

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [036](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa noite a todos. Eu ia centrar a minha intervenção sobre a matéria de uma das intervenções do público, nomeadamente a questão das escolas do concelho e, em específico, do relato que pudemos ouvir relativamente à Escola de Aradas.

E começava por dizer que é com enorme tristeza que vemos este problema chegar à Assembleia Municipal. É um relato arrepiante para quem, por questões humanas, percebe a profundidade e a degradação dos problemas que foram aqui trazidos. E aguardamos, com curiosidade, a resposta da Câmara relativamente ao último relato que foi aduzido, porque é absolutamente intolerável que uma Divisão e um Vereador responsável por este pelouro tratem estes problemas desta maneira. Achamos que deviam ter outra noção das responsabilidades que são delegadas pelos cidadãos.

Estes relatos são, também, evidência do que temos dito várias vezes, das condições sub-humanas que alguns dos alunos do Concelho, nomeadamente, do primeiro ciclo vivem actualmente no Concelho de Aveiro e que vão sendo minoradas com o trabalho abnegado dos agrupamentos e das associações de pais, como aqui foi bem visível. Aparentemente, sem a mínima cooperação da Câmara Municipal.

Evidentemente que estas questões são graves, em termos pontuais devem ser resolvidas quando são questões emergentes, mas devem, sobretudo, serem resolvidas de raiz, que é o que nós defendemos há vários anos e repetidamente.

E sobre esta matéria convém, novamente, fazer história. E convém fazer a história de que foi nos mandatos desta maioria que foi feita uma transferência significativa de competências e de meios, por parte do Governo Central, de vários Governos Centrais, inicialmente da coligação PSD-CDS, depois do Partido Socialista, delegações de competências e financiamentos negociados com a Associação de Municípios e que têm acelerado na vigência desta maioria. Esta maioria herdou uma carta educativa perfeitamente consolidada, debatida com os agrupamentos, com as freguesias, com os cidadãos, não aprovada, exclusivamente, por decoro democrático e de estarmos à porta de eleições. Resolveu, por sua iniciativa própria, reavaliá-la durante dois anos, acabou por a aprovar passado esse tempo, quando a deveria ter feito com muito mais rapidez e ter demorado esse dois anos a elaborar projectos para as escolas previstas na Carta Educativa. Demorou mais dois anos entretida com uma parceria público-privada para a construção de escolas misturadas com parques de estacionamento, quando a oposição, em bloco, e o Partido Socialista, de forma muito veemente, salientou o erro crasso dessa opção política, quando havia financiamento disponível em QREN. Infelizmente a história deu-nos razão porque outros concelhos à volta – havia um deputado que dizia que outros concelhos também têm outros problemas - mas tiveram a competência e a capacidade de ter projectos para as suas escolas candidatados ao QREN e inaugurá-las este ano. O Concelho de Aveiro, infelizmente, não inaugurou uma única escola. Que se saiba candidatou apenas duas e, portanto, esse erro histórico é irreparável e é por opção política exclusiva deste município. Por incompetência, por incapacidade, por negligência, tomou várias opções políticas absolutamente erradas, tem dificuldade, hoje em dia, em assumir esses erros, e vai ter muita dificuldade em fazer caminho, hipotecando as condições básicas para um factor de desenvolvimento absolutamente essencial nas sociedades modernas e hipoteca o futuro e as condições para os jovens que, hoje em dia, frequentam a escola. É um erro crasso e é com tristeza que ouvimos mais este relato que, infelizmente, não é único, foi repetido neste mandato. Apelamos à Câmara que rapidamente corrija o erro da melhor forma possível. Disse.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [057](#)

“Boa noite Senhor Presidente, excelentíssima Mesa, Senhores do executivo, Senhores e Senhoras, Assembleia Municipal, caríssimo público, senhores jornalistas, elementos do Gabinete da Assembleia Municipal.

Bom, eu inicialmente vou falar sobre os quatro intervenientes que tiveram oportunidade de falar no período do público. Primeiro caso, Senhor Carvalho Neves, é nosso entendimento que é importante de facto para o PSD a existência de um aeródromo civil a funcionar na antiga

base aérea de São Jacinto. Porque achamos que é importante? Porque achamos que pode trazer vantagens competitivas interessantes. Pode trazer sinergias e pode criar de facto um apoio substancial para a parte comercial também de São Jacinto que é óbvio.

Portanto achamos que certamente a Câmara já está a tratar disso e pela resposta que o Senhor Presidente da Junta de São Jacinto deu, de uma forma discreta do que está a fazer, o que consideramos muitas vezes é que pode haver aqui assim uma falta de comunicação entre os interlocutores e depois pode dar azo a menos informação. E dando azo a menos informação, dá azo a este tipo de necessidade de esclarecimento, que há a necessidade de o fazer agora certamente.

Relativamente a Fátima Duarte. Olá boa noite, Fátima. É assim, as instituições que apoiam este tipo de escolas são para nós fundamentais — e para a Câmara também são fundamentais. Portanto toda a colaboração que possam ter da parte dos pais, e que seja uma colaboração abnegada e seja uma colaboração sem qualquer outro espírito, que seja isso mesmo colaboração, ajudar, é importante e devemos-la aproveitar.

Parece-me que aqui é uma questão mais de zelo e de não espera, não sei! Mas se calhar de zelo a mais da parte dos serviços camarários. E se é assim, acho que deveria haver alguma forma de que este tipo de situações demorassem menos tempo a ser resolvidas e a resposta ser muito mais célere, para que de facto estas situações sejam resolvidas e porque acho que é importante. Mas eu julgo que o Senhor Presidente terá oportunidade de explicar o que é que poderá ter acontecido neste caso e gostaria de ouvir também da sua parte alguma informação.

Relativamente ao Senhor João Cipriano. Eu sugiro à Câmara convidar o Senhor João Cipriano para nos ajudar na caça dos sinais ou então pedir ao Presidente da Junta da Vera Cruz, também ele nas suas apelações, para fazer o favor de informar a Câmara sobre essas situações!

Requeixo. Um agradecimento muito especial à Freguesia de Requeixo pela sua história, pelas suas pessoas, pelo seu contributo cultural, que tem tido e pelo dinamismo que demonstra na pessoa do Senhor Miguel Silva e claro na pessoa do Senhor Presidente da Junta, Senhor Sesnando Alves.

Agora dois assuntos que me preocuparam. Muito rapidamente e por ser o Período de Antes da Ordem do Dia, eu os trago aqui que é a Comissão de Segurança. Ainda não falámos sobre ela e hoje ela tomou posse. É importante que a Comissão de Segurança tenha tomado posse. Mas é também importante que não seja uma mera coisa formal. É importante que seja uma coisa que seja eficiente e que seja eficaz. Que tome as suas medidas, que trabalhe, e que com as suas ideias traga de facto um valor acrescentado para a segurança em Aveiro. E é isso que lhe é pedido e é esperado dela.

Finalmente. Não podia deixar de falar sobre um assunto que particularmente me preocupa pela questão de liberdade que implica. Aveiro é terra de liberdade como todos sabemos e há povos que neste momento estão a exercer o seu direito a ser livres. E estou a falar em particular dos povos árabes e do Magreb e são povos que alguns deles, que aparentemente já estão a tomar um caminho de autodeterminação. Mas há uma situação grave que existe na Líbia e no Egipto — portanto eu espero que também os nossos políticos entendam isto. Também os nossos políticos, quando falamos em líderes carismáticos, tenham muita atenção à forma como da nossa parte somos vistos perante os outros. Ou seja, eles são os nossos representantes. E como nossos representantes, eu acredito, que existe de facto uma “real politique”, mas nem tudo é real. É só isto.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [038](#)

“Sr. Presidente. Ex.ma Câmara. Srs. deputados. Boa Noite. Dois assuntos. Primeiro assunto de forma telegráfica. Na passada Assembleia Municipal, em Dezembro de dois mil e dez, o Partido Socialista solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que, na sequência da discussão que

aqui foi tida sobre o protocolo da REFER e a inscrição de catorze milhões de euros de dívida, no Orçamento, fosse distribuído esse protocolo. O Sr. Presidente da Câmara, até de forma veemente e convicta, disse que o faria e, até hoje, ainda não o fez. E, portanto, Sr. Presidente, solicitávamos mais uma vez que, até ao final dos trabalhos desta Assembleia o protocolo pudesse ser distribuído pelos diversos grupos municipais por forma a que todos possamos escrutinar o trabalho que a Câmara desenvolveu e percebermos, de uma vez por todas, porque é que a Câmara assume um montante tão elevado de dívida, referente a esse dito contrato com a REFER.

O outro assunto prende-se com a questão do Canil Municipal. O Partido Socialista foi informado que as coisas não estão bem no Canil Municipal. É uma infra-estrutura que não está vocacionada para aquele fim... situa-se nos antigos armazéns gerais. Em tempos, na Câmara Municipal, tive a ocasião de visitar o espaço. Fui-me mantendo informado do que lá se passa e, à época, a ideia com que fiquei, é que aquele espaço era bem zelado pelos funcionários do Município, apesar das enormes limitações que aquela infra-estrutura tem para o albergue de animais.

O que é facto é que, segundo parece, a Câmara permite que uma associação de animais tome conta desse espaço. Eu fui ao site da Câmara, ao sítio onde se pode ver a informação referente ao Canil Municipal, e nada disso consta. Portanto, assumo como um cidadão que o espaço é gerido pela Câmara Municipal. Mas as queixas surgem por via de outras associações de animais que, aparentemente ou alegadamente, não poderão frequentar o espaço e vêm cerceado esse seu direito pela dita associação, que terá a oportunidade de gerir o espaço com o beneplácito da Câmara de Aveiro. O que se pretende com esta introdução é, primeiro, saber se, de facto, é a Câmara que gere o espaço ou se é uma associação? Se é uma associação, que associação é e que poderes está a exercer num espaço municipal? Que figura jurídica é que foi usada para que possa ser gerido esse espaço municipal com aquele fim? E, por outro lado, saber quais são as regras que a Câmara estabeleceu para o uso dessa infra-estrutura?

Não queria deixar passar a oportunidade para dizer o seguinte: se a política do Canil Municipal ainda é seguida aos dias de hoje, Aveiro não cumpre a lei... e eu diria: ainda bem. Porque a lei estabelece um prazo curto, de muito poucos dias, para o abate dos animais, caso estes não sejam reclamados pelos seus donos.

Desde há longos anos, em Aveiro, não temos visto a Câmara Municipal de Aveiro a fazer uso desse expediente, preferindo, e do meu ponto de vista correctamente, investir de forma a assegurar os direitos dos animais na preservação das suas vidas, e procurando, dentro das suas limitações, mas com alguma falta de imaginação, devo dizer, fazer com que os animais possam ter novos donos.

Eu deixava aqui duas notas. Primeira nota é que a Câmara promovesse uma forte divulgação dentro do Município de Aveiro, e dos seus cidadãos para que estes possam adoptar cães do seu Canil Municipal. E a outra é esta. Como diz o meu camarada Pires da Rosa, a Câmara tem um esqueleto de obra de um canil que foi começado a construir nos mandatos do Partido Socialista, que este executivo pagou o que estava em dívida, mas o que é um facto é que a Câmara, neste momento, tem um esqueleto de obra pago. A solicitação e a proposta que aqui deixamos é que a Câmara de Aveiro, junto dos seus parceiros da CIRA, possa encontrar uma solução inter-municipal, já que é do nosso conhecimento que outros municípios da comunidade inter-municipal têm os mesmos problemas ao nível dos canis municipais e gatis. E que possam encontrar uma solução conjunta por forma a que essa obra possa ser concluída e que os animais, na região de Aveiro, possam ter um acolhimento digno. Disse.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) [039](#)

Presidente da Mesa [040](#)

Vogal Ernesto Carlos Barros (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴¹

“Boa noite a todos. Eu só queria dizer duas palavrinhas. Em relação às intervenções do público, que aqui, mais uma vez, estiveram muito bem, a situação penso que mais gravosa é, realmente, a situação com a base aérea de São Jacinto. Eu penso que é mais um problema com o Ministério da Defesa que da Câmara., embora a Câmara possa ser um mediador nesta situação. Está, ali, um património extremamente importante para todo o concelho e para a região de Aveiro. Como eu já disse, numa das minhas intervenções nesta Assembleia, no início deste mandato, poder-se-á autorizar aquilo para aeródromo civil mas com todas as valências de aeroporto tipo “low-cost” ou aeroporto para pequenas cidades.

É urgente que se crie, não direi um lobby, mas sim um grupo forte para fazer voltar aquela base aérea de S. Jacinto ao Concelho de Aveiro e para fazer serviço de aeronáutica civil. Era muito importante e penso que era um bom assunto onde, mais uma vez, a Câmara se deveria empenhar, com toda a sua força e com todos os seus contactos, para, com o Ministério da Defesa, consiga levar isto a bom porto.

Outra situação que eu queria saber é qual a situação e os contactos que foram tidos com os comerciantes sobre o novo horário dos hipermercados. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴²

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite Ex.ma Câmara, Srs. Deputados.

Amanhã e sexta-feira vai realizar-se em Aveiro, na nossa cidade, no Parque de Feiras e Exposições, o Congresso da Região de Aveiro.

Iniciativa que não decorre todos os meses, não decorre, sequer, todos os anos, e que, por essa razão, tem, naturalmente, uma importância acrescida pelo facto de se realizar na nossa cidade, mas, principalmente, pelo conteúdo e pelos objectivos que encerra. Quando nos foi transmitido e comunicado o programa deste congresso percebemos que havia, supostamente, uma gralha porque não encontramos o nome do nosso Presidente de Câmara, numa perspectiva protocolar, nem na sessão de abertura, nem na sessão de encerramento, algo que achámos estranho.

Naturalmente, os Vereadores do Partido Socialista na Câmara de Aveiro colocaram essa questão. Saber se teria sido uma ausência desejada ou teria sido um esquecimento do organizador. O Sr. Presidente apressou-se a dizer: «Não. Não. Eu estarei no Congresso».

E, portanto, aquilo que, desde logo, o Partido Socialista gostava de saber era a que horas é que o Sr. Presidente vai estar, porque, obviamente, nós fazemos questão de estar lá para ouvir. Portanto, gostávamos que o Sr. Presidente nos dissesse em que sessão, em que momento, é que vai estar, de acordo com aquilo que prometeu na Câmara, aos Srs. Vereadores, que, de facto, ia estar no Congresso.

Mas esta questão vai muito para além da questão protocolar. E tem a ver com o conjunto dos temas que vão ser discutidos neste Congresso. Ele realiza-se não por acaso, ele realiza-se porque é fundamental que se consiga perceber quais os projectos que têm tido sucesso e que têm sido implementados, não só ao nível municipal, mas também ao nível municipal, e ter uma perspectiva de futuro relativamente à região.

Tanto num caso, como noutra, também estranhámos, e manifestamos a nossa perplexidade pelo facto, que em nenhum dos painéis – e estamos a falar de temas como ciência, plataforma logística, centro escolares, economia do mar, saúde, modernização administrativa – não há uma única pessoa, responsável político, colaborador com a Câmara, funcionário, seja quem for, deste Município que vá apresentar alguma coisa já passada - o que já não era mau – um bom exemplo de boas práticas deste Município, mas pelo menos uma perspectiva relativamente ao futuro.

Aveiro com certeza que terá – Aveiro Município, esta Autarquia, este Executivo – ou teria com certeza, já está mais que provado que não tem, mas teria com certeza algo para acrescentar aos contributos que os restantes agentes económicos, políticos e sociais desta região vão fazer durante os próximos dois dias.

E não há uma única intervenção em nenhum painel de ninguém deste Município. Isto é claramente a prova provada que este projecto político é um projecto político oco, que não tem qualquer tipo de visão e contribuição para a nossa região.

Uma segunda questão, rapidamente que o tempo está a escassear, tem a ver com a notícia sobre o contrato para a zona desportiva, a nova zona desportiva, nas imediações do estádio municipal.

E como de mais uma trapalhada se passa, se trata, porque já veio, já foi, o documento era mas não era, etc, - portanto, como é normal nesta Câmara – e também nos apercebemos que havia alguns agentes da cidade, nomeadamente a Associação Comercial a tomar uma posição de alguma incredibilidade sobre esta matéria, pelo facto de não ter sido ouvida – soube a notícia pelos jornais – a nossa questão era, simplesmente e nesta fase, e para posterior análise, que esta Câmara nos pudesse dizer do que é que se trata para que possamos todos estar informados e possamos avaliar e ter uma posição mais avalizada sobre esta matéria. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [043](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de iniciar esta minha intervenção referindo-me ao voto de pesar que nós aprovámos no início destes trabalhos, ao Sr. Fernando Oliveira. Eu ainda sou do tempo em que o Sr. Fernando Oliveira representava a Freguesia de Cacia nesta Assembleia. E gostava de aproveitar este período de antes da ordem do dia para também recordar outro nome de um ex-colega de Assembleia que também faleceu esta semana e que era o Eng. Luis Ramos. O Eng. Luís Ramos esteve relativamente pouco tempo nesta Assembleia porque vinha substituir o Sr. Salavessa na bancada do PCP. Mas também foi com tristeza que vi o anúncio do seu falecimento esta semana. E daqui os meus sinceros pêsames à família e também ficamos com esta recordação de mais um aveirense, não sendo de Aveiro, também defendeu a nossa região e o nosso Município. Por isso também o recordamos com saudade.

Referir também, neste período de antes da ordem do dia, o Congresso da Região de Aveiro.

É o primeiro Congresso da região de Aveiro. Não há tradição de organização destes congressos porque a região de Aveiro é uma organização recente, fruto da lei que permitiu a criação desta região. Mas apraz-me registar o envolvimento de todos os municípios nesta realização; o envolvimento dos governantes; o envolvimento das entidades económicas e empresariais; de uma forte representação da Universidade de Aveiro e também do Hospital de Aveiro.

Atendendo ao papel regional deste Congresso e também àquilo que é o papel central de uma capital regional como Aveiro, não me preocupa absolutamente nada, antes pelo contrário, se os oradores são oriundos do concelho A, ou do concelho B, ou de outro lado. Aquilo que me interessa, enquanto membro desta comunidade intermunicipal é que seja possível, nesta grande e alargada região de Aveiro, que extravasa em muito as fronteiras do Município de Aveiro, que haja um acolhimento de todos, que haja a congregação de todos e que haja o potenciar daquilo que são as mais-valias desta nossa Região.

E Aveiro, não há dúvida nenhuma que é a centralidade deste Congresso. Por isso, não é preciso de maneira nenhuma, e não compreendo esta posição do Partido Socialista, estar a olhar para a origem de cada um dos intervenientes. Não me interessa mesmo nada.

Aquilo que eu vejo neste programa é que os intervenientes orgulham-nos de pertencerem a esta região de Aveiro e todos nós temos lugar nesta região de Aveiro.

Aveiro não precisa, de maneira nenhuma, de se andar a exhibir, em ir para a linha da frente, quando está muito bem com o papel que está, a desempenhar o papel que tem desempenhado, e é isso que nós devemos fazer.

Gostaria de referir que me preocuparam as referências que foram feitas pela munícipe Fátima Duarte acerca da organização dos serviços da Câmara. É um que espero que seja pontual e, por isso, que seja resolvido rapidamente pela Câmara Municipal de Aveiro porque espero que não haja outros casos como este. Mas agradeço muito a forma correcta como este assunto foi colocado a esta Assembleia, assim como também agradeço a todos os munícipes oradores nesta Assembleia pela maneira muito correcta como expuseram os problemas, tendo a certeza de que também este espaço que lhes foi criado na Assembleia possa permitir uma resolução mais acelerada destes mesmos problemas.

Por último, fazer uma pequenina referência a uma pergunta que foi colocada pelo Partido Socialista quando pergunta porque é que esta Câmara assume tantas despesas.

Eu também faço essa pergunta. Mas porque é que a Câmara anda assumir tantas despesas?

Alguém que teve responsabilidades nos executivos anteriores vem perguntar isto?!

Então nós que desconhecemos completamente o que foi a gestão dos últimos tempos temos que dizer exactamente a mesma coisa: «Sr. Presidente porque é que havemos de assumir as dívidas daquilo que os outros fizeram antes de dois mil e cinco?». É engraçado, não é? Porque é que havemos de assumir?

Por último, registar esta iniciativa da mesa da Assembleia Municipal em cooperação com a Escola Profissional de Aveiro de criar esta iniciativa de transmitir através da internet estas nossas sessões e que espero que sejam didácticas, suficientemente didácticas, para, não só para os alunos da Escola Profissional de Aveiro poderem exercer aqui aquilo que será a sua futura profissão, mas também um acto de cidadania de pensarmos sobre aquilo que está bem e que está mal o nosso Município. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa [044](#)

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [045](#)

“Eu gostaria de perguntar ao deputado que teve a intervenção que acabou de findar, se acha que a Câmara Municipal de Aveiro actualmente em exercício, só pode fazer obra cujo investimento termine e coincida com o fim do seu mandato? É uma pergunta muito simples.

É que se não, eu tenho que fazer aqui ou alguém que esteja aqui, terá que fazer a mesma pergunta que o Senhor fez, ao Executivo que vier a seguir!? Porque as obras não são de nenhum executivo senhor deputado. As obras são do município de Aveiro e algumas delas como o senhor bem sabe perduram no tempo.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [046](#)

“Sr. Presidente. Eu até sou seu amigo e digo-lhe: é para um protesto e para um pedido de esclarecimento. Porque o protesto é dez ou quinze segundos e é só para dizer o seguinte. Pessoalmente acho, e o meu partido seguramente me coadjuvará nisso, é inaceitável que o líder de bancada do Partido Social Democrata tenha feito o discurso miserabilista em relação ao que deve ser a posição de Aveiro numa Comunidade Urbana Intermunicipal de Aveiro. É inaceitável. Politicamente é inaceitável. É este o protesto.

O pedido de esclarecimento é: se o Sr. líder de bancada do Partido Social Democrata, Prof. Manuel António Coimbra, acha razoável, cortês, e, ao menos simpático, que o Presidente da CIRA, organizador do congresso Eng. Ribau Esteves, não tenha sequer convidado os Vereadores do seu Município para estarem presentes no Congresso da CIRA. Acho isso inaceitável.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴⁷

“Eu lamento que o Sr. Presidente não tenha cumprido aquilo que nós tínhamos acordado na Comissão de Líderes. Porque afinal se a Comissão de Líderes não serve para nós tomarmos decisões que depois sejam acatadas na própria assembleia não serve para nada. Então escusamos de nos reunir.

Eu fiz a minha intervenção e coloquei as minhas reflexões. Por isso, os Srs. do Partido Socialista, membros desta Assembleia, não gostaram de ouvir, mas é a minha opinião.

Que Aveiro é miserabilista quando só pensa que o orador A ou o orador B é do município de Aveiro ou se é do município de Águeda ou se é do município de Ílhavo ou se é de Cacia ou se é de Oliveira do Bairro ou se é de outro sítio qualquer, não é a maneira correcta de nós pensarmos numa região como a região de Aveiro. Eu acho que a região de Aveiro está acima dessas coisas todas. E é o que este congresso vai mostrar. Eu tenho pena é que nem todas as forças políticas, principalmente a força política que é oposição em Aveiro, só por ser oposição em Aveiro não queira estar em sintonia. Isso é que me parece muito grave. E os Srs. ainda agora reforçaram exactamente isto. Não estão em sintonia porque são oposição. Porque se pertencessem ao município de Águeda que é ali ao lado já estavam todos contentes e já achavam que era uma grande iniciativa. Isso é que eu acho que é muito mau. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁴⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁴⁹

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Procurando também colaborar nesta forma de poupar algum tempo e se o Sr. Presidente da Mesa não encontrar inconveniente nenhum, dado que a maioria parte das questões colocadas pelos Srs. deputados se incluem, naturalmente, no âmbito da comunicação, iríamos apenas responder aos cidadãos, neste momento, e responderíamos às restantes questões no âmbito da comunicação.

Em relação ao Sr. João Cipriano o Eng. Carlos Santos já tomou nota dos assuntos, inclusive, já tem o telemóvel para tentar ir ao local averiguar e saber o que se passou.

Quanto à Fátima Duarte. Nós, o Município, entre as escolas do primeiro ciclo e jardins-de-infância temos à nossa guarda, à nossa responsabilidade, setenta edifícios no nosso concelho, e temos um universo escolar superior a quatro mil alunos. Esta é, natural e compreensivelmente, uma realidade demasiado pesada para a capacidade de resposta que nós temos. Até porque, como sabem, na Divisão de Educação temos cinco pessoas a trabalhar. O que nos tem valido neste processo tem sido a colaboração das Juntas de Freguesia que têm sido notáveis no esforço que têm desenvolvido em procurar dar respostas imediatas à maior parte das solicitações. Vamos averiguar as causas daquilo que se passou, do que foi aqui relatado, pedir, naturalmente, desculpa por essas falhas que terão acontecido e deixamos a certeza de que ainda há muito para fazer e muito para melhorar. Com as Juntas e com o universo escolar, com os pais e encarregados de educação, com os agrupamentos, vamos melhorar a situação.

Quanto ao aeródromo, já aqui foi relatado, há cerca de dezassete anos, vai para dezoito, que foi assinado entre o Município e entre a Força Aérea - isto é importante, relevar este aspecto - foi assinado um protocolo que permitia a utilização civil do aeródromo militar de S. Jacinto. Quase vinte anos depois da assinatura desse protocolo muita coisa mudou.

E a primeira e a mais radical de todas as mudanças é que o titular do espaço do aeródromo deixou de ser a Força Aérea e passou a ser o Exército Português.

A segunda mudança que se verificou nestes vinte anos tem a ver com as regras de segurança que são, obrigatoriamente, exigíveis para o funcionamento destes espaços ligados à aviação.

Tudo isto fez com que, como já aqui foi referido há pouco, o Exército tenha, unilateralmente, suspenso a actividade civil no aeródromo de S. Jacinto.

Fizemos, como já foi relatado pelo Sr. Presidente da Junta, o que tínhamos a fazer junto de instâncias mais locais, nomeadamente, o Sr. Comandante da Base – eu ainda lhe chamo Base porque para mim será sempre a Base, porque sempre conheci como Base – o R10 agora na actualidade, mas fizemos contactos com o Comandante que estava, dirigimo-nos a diversas instâncias e culminou tudo com uma reunião em Lisboa que tivemos, em que estive eu, o Dr. Pedro Ferreira e, também, o Sr. Presidente da Junta de S. Jacinto, com o Chefe de Estado Maior do Exército para averiguar, para analisar, essa situação. Nessa reunião foi claro, por parte do Chefe de Estado Maior do Exército, que o que ele pretende é cumprir todas as normas de segurança que o INAC obriga, é obter todos os licenciamentos necessários para que o aeródromo possa funcionar em plenitude e com todas as condições. O que ele pretende, legitimamente, é que seja assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Aveiro e o Exército Português para a utilização desse espaço.

Temos, como sabem, no R10 um novo Comandante que tomou posse há muito pouco tempo mas que acreditamos, até pelos compromissos que o Chefe de Estado Maior do Exército assumiu connosco, que em breve iremos ter aqui essa minuta, esse draft de protocolo para se normalizar esta situação que é importante para Aveiro.

Quanto a Requeixo. É só saudar Requeixo, saudar o Sr. Presidente da Junta, saudar o Miguel pela iniciativa, pelas palavras que trouxe, pela defesa do património de Requeixo e, também, por este verde que vão acrescentando ao azul que já caracterizava Requeixo. Muito obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [050](#)

“O Senhor Presidente da Câmara normalmente costuma colocar neste Ponto da Ordem de Trabalhos os assuntos todos no mesmo saco e optou por responder só aos munícipes, alegando que todos os outros assuntos trazidos aqui pelos senhores deputados municipais se integravam na Comunicação do Senhor Presidente!

Eu queria, enfim, pedir ao Senhor Presidente da Assembleia, que pudesse sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara para ser mais escrupuloso na análise desses assuntos, porque a título de exemplo, o assunto que eu aqui trouxe hoje sobre o canil nem por sombras está espelhado nas entrelinhas da sua Comunicação. E portanto, eu agradecia que a resposta fosse com tempo.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [053](#)

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [054](#)

“Excelentíssimo Senhor Presidente, excelentíssimos Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara, eu gostaria antes de mais de começar por duas notas breves. A primeira, eu gostaria

de enviar uma saudação especial ao Prof. Manuel António Coimbra pela referência que fez ao meu recentemente falecido camarada Luís Soares. O PCP naturalmente que se associa. O PCP tem que obrigatoriamente fazer uma referência a Luís Soares, referência muito positiva, uma referência de saudade, recordando Luís Soares um lutador anti-fascista, como homem que participou empenhadamente na construção democrática do nosso país. Homem particularmente empenhado, portanto nos processos eleitorais, como homem que também chegou a participar nesta mesma Assembleia Municipal de Aveiro. Como homem e também com um papel académico assinalável. Recordamos ainda rematando por infelicidade da história, Luís Soares falece nem uma semana depois de enviar, portanto de publicar e apresentar o seu romance que, enfim, certamente guardaremos com muito carinho.

Cumpre-nos ainda hoje enviar naturalmente as condolências à sua mulher, à sua filha e ao seu filho. Gostaria ainda de enviar uma saudação especial aos deputados municipais Gonçalo Fonseca e Raúl Martins, pela elevação, pela preocupação que demonstraram no ponto prévio, para que o PCP tivesse a oportunidade portanto de explicar na íntegra e completamente a sua opinião.

Há portanto aqui um problema que nos parece existir de modelo e que de facto como eu receava e expus claramente prejudica o PCP nas suas intervenções. O PCP regista, o PCP não tem memória curta e regista portanto a elevada atitude democrática que esses dois deputados municipais tiveram.

Infelizmente terei agora que fazer a intervenção que quereria fazer há pouco, não a deixarei de fazer, mesmo fugindo um pouco ao tema.

Dizia eu, e quero dizer que o tempo, a época, em que nos encontramos, se caracteriza pela enorme instabilidade e declínio. No plano político o Governo PS/Sócrates segue o seu segundo mandato, já sem a sua anterior maioria absoluta, e Cavaco Silva prepara-se para iniciar também o seu segundo mandato — agora subtraído do apoio de meio milhão de votos.

Só a acção e o mandato destas figuras políticas, executando as políticas de direita, o poder económico nacional ou transnacional, assume a tutela do país. A situação económica do país, da região e do concelho, caracteriza-se de facto pela enorme instabilidade e declínio das condições de vida das populações e dos trabalhadores. Números recentes indiciam a existência de mais de dois milhões de pobres no nosso país, a existência de um crescente e obscuro fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da nossa sociedade! Números esclarecedores sobre a sociedade progressivamente desigual que temos e o poder político e económico tem vindo a agravar cada vez mais. E note-se, que mesmo os números oficiais da pobreza não são totalmente esclarecedores. No campo do trabalho a situação degrada-se igualmente. Os dados recentemente tornados públicos quer pelo INE confirmam o crescente número de trabalhadores em situação de desemprego. As crescentes dificuldades com que os jovens se deparam para encontrar o seu primeiro emprego ou as dificuldades de outros trabalhadores para encontrar um novo emprego. O modelo e a realidade salarial segue sendo como sempre de salários baixos, quantas vezes agravados por pesadas cargas horárias. Quais as respostas que tem tido o Estado e a sociedade; nenhuma. Erros e caridadezinhas!? O governo PS/Sócrates com a direita económica e parlamentar de PSD/CDS, seja com os sucessivos PEC 1, 2 e 3 ou nos sucessivos orçamentos de estado, encapotadamente despede na função pública e noutros fornecedores do Estado. Corta nos salários e pensões e ou aumenta impostos, que são já de si mais penalizados. Apenas três exemplos da política desta classe do governo. Outros há ainda que, de forma insidiosa e oportunista, constroem a sua vida numa verdadeira indústria da caridadezinha, instrumentalizando e explorando a pobreza e as dificuldades do povo português, parecendo por vezes o país ter voltado ao tempo dos jogos de canastra no salão de hotel, dos jantarezinhos caritativos, das colectazinhas mafiantas ou das senhoras não sei quem, preocupadas com todos e com mais alguém que displicentemente dizem “ajudar assim até sabe melhor!” O povo português não quer ser explorado, não quer ser maniatado. O povo português precisa de uma rotura política e uma mudança substancial do paradigma

político e económico do país. Ainda em linha com estas dificuldades, ascende a exploração do povo e dos trabalhadores, a juventude vê-se confrontada com uma tremenda instabilidade económica, com os mais graves reflexos das suas vidas. É a realidade laboral para a juventude, extraordinariamente complexa, assentando na total precariedade e desregulação das relações sociais e laborais. Os jovens com mais baixas qualificações, além das inerentes dificuldades em encontrar trabalho, são confrontados com os mais baixos salários, contratos de trabalho de curtíssima duração e desprovidos de qualquer protecção social. Quantas vezes encaminhados para a loja ou para a fábrica, ao abrigo de um qualquer contrato, com uma qualquer parasitária empresa de trabalho temporário.

Por outro lado, para a maioria de jovens com licenciaturas e outras formações superiores, a realidade impõe igualmente um cenário de precariedade, sucessivos estágios, quantas vezes sem renumeração, novamente os baixos salários, a desprotecção social e o restante exercício de funções diversas das suas habilitações académicas. Tudo ao contrário do rumo necessário para o desenvolvimento económico, social e científico do país. Mesmo no ensino superior, por forças das exponenciais aumentos das propinas, das taxas e dos brutais cortes nas atribuições de bolsas, assistimos ao abandono das instituições do ensino superior, abandono principalmente constatável nos filhos das classes trabalhadoras. O capitalismo tomou a juventude portuguesa por uma aparente presa fácil para a sua exploratória. Esta é a realidade construída pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS que arrepiam a Constituição e nega à juventude dos seus mais legítimos anseios e aspirações profissionais e pessoais. Como já aqui o PCP referiu, largos sectores da juventude aveirense têm-se visto forçados a procurar soluções fora do concelho e muitas vezes mesmo fora do país. O PCP assume o combate a estas políticas, dentro e fora das instituições. Em sede de Assembleia da República já tentou várias propostas de combate à precariedade laboral, como a criminalização dos recibos verdes ou a obrigatoriedade de correspondência de um posto de trabalho permanente a um contrato de trabalho sem termo. É tempo de dizer basta e é tempo de transformar a realidade.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [055](#)

“Eu começava por dizer que é com alguma decepção que acho que devo ter sido dos poucos deputados aqui a ouvir a intervenção do deputado que me antecedeu! E isso revela um pouco da forma como a direita está neste órgão político.

Passo à minha. A recente parceria entre a Câmara Municipal de Aveiro, a Junta de Freguesia da Glória e a Polícia de Segurança Pública, para o policiamento de proximidade no Bairro de Santiago, ao qual se sabe, que após uma análise aos resultados práticos dessa parceria o mesmo poderá vir a ocorrer em outros bairros sociais do concelho, nomeadamente o Caião e o Griné. Gostava de tecer as seguintes considerações: O Bloco está de acordo com o policiamento, e entenda-se por policiamento, a presença da polícia e não vídeo vigilância — está de acordo com o policiamento, para garantir a segurança em todas as zonas do concelho. Mas está contra uma política que denuncia preconceito e perseguição aos mais pobres e que simultaneamente se alheia da realidade do que é hoje Aveiro e do que são os bairros sociais em Aveiro.

O que o bairro de Santiago precisa não de um polícia permanente na zona, mas sim de mais e permanente apoio social. O que o bairro de Santiago precisa é de uma política de empregabilidade, de formação, e que acima de tudo combata as suas carências económicas, sociais e habitacionais.

O bairro de Santiago está dentro do actual perímetro urbano da cidade. Há obviamente uma presença significativa de desempregados, de trabalhadores que mesmo trabalhando são pobres de solidão, enfim, de fome.

Quem é pobre e passa fome, não precisa da presença selectiva de um polícia com um telemóvel no bolso. Precisa sim de apoio social e sobretudo de emprego digno e pago de uma forma justa.

E é por isso que quero falar aqui do bairro de Santiago, que por acaso e por motivos pessoais até conheço bastante bem. É um bairro completamente degradado e esquecido pela Câmara Municipal de Aveiro. Os jardins e as zonas públicas carecem de manutenção. As ruas estão completamente esburacadas. Há vários prédios com baldes pendurados por causa do mau estado da canalização e a água que sai nas torneiras das casas é cor de chá. Já há vários anos que é assim.

As zonas comuns dos prédios que pertencem à Câmara não têm um único programa de higiene ou de limpeza, por pequenino que seja. No bairro as famílias não têm como ocupar crianças e jovens desocupados. A biblioteca é pobre e os poucos programas para a sua ocupação são fracos e têm-se revelado ineficazes.

Isto não se resolve com Polícia. Resolve-se com uma política séria, virada para as maiores vítimas no sistema económico que é injusto, por quem salva bancos, protege especuladores, mas não é capaz de dar a mão aos mais pobres.

Mas não é só por isto que o Bloco se opõe ao policiamento selectivo. É porque esse policiamento selectivo é preconceituoso e também é ineficaz. Por exemplo, e porque se fala de violência doméstica nesta questão, todas as estatísticas esclarecem que na violência doméstica se trata de um problema transversal à sociedade, sem maior representação em qualquer estrato, hierárquico, económico ou social. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS) [056](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [057](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) [058](#)

Vogal João Barbosa (PS) [059](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [060](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Saudar a Mesa, digníssima Câmara, os colegas deputados. Venho novamente com um assunto que é recorrente pela sua gravidade e refere-se novamente ainda ao trânsito na N109 na zona de Cacia.

Queria neste âmbito elogiar o Jornal de Notícias pela organização do debate sobre as SCUT e onde compareceu também o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas. E para dizer que foi dito ao Senhor Secretário de Estado da grave situação que ele criou em Cacia — ele concretamente e o Governo na sua globalidade, ao instituir portagens na zona entre Ângeja e Aveiro.

Ele, apesar da insistência de bastantes presentes no debate, não transigiu em relação à eliminação destes pórticos, o que não sendo feito mais nada, degrada substancialmente e continua a degradar substancialmente aquele troço da N109 em Cacia.

E portanto as consequências que daqui advém não nos podem calar e continuamos a fazer pressão para que o Governo e neste caso o Senhor Secretário de Estado analise este processo com cuidado e tenha em atenção as recomendações que lhe fiz nesse debate, e que tenha em atenção as diligências efectuadas pela Câmara e que voltaram a ser reafirmadas (tive conhecimento disso numa reunião com o Senhor Presidente de Câmara).

E dizer isto ao Senhor Presidente de Câmara, continue a pressionar o Governo para a resolução deste grave problema em Aveiro. Porque se não, no mínimo, o que a Câmara de Aveiro deve fazer é interditar por completo o trânsito na N109, para salvaguarda da segurança e da saúde das pessoas que lá vivem.

Queria deixar aqui publicamente nesta Assembleia o compromisso assumido pelo Senhor Secretário de Estado, que deve ser aproveitado pela Câmara e por todos nós, de que pelo menos não transigindo na retirada dos pórticos entre Ângeja e o Estádio e Aveiro, pelo menos

se comprometeu a rever de alto a baixo o problema do troço da 109 na Freguesia de Cacia. E que esta hipótese dada pelo Senhor Secretário de Estado seja aproveitada e que continuemos a fazer pressão para que este gravíssimo problema que Cacia tem seja resolvido de uma vez. Só dava mais uma achega para dizer (e eu disse ao Secretário Estado Paulo Campos), já é a segunda vez que ele desgraça Cacia. Desgraçou Cacia quando como Presidente da SimRia não construiu uma saída dedicada e faz hoje andar os camiões por ruas centenárias de Cacia, a estragar as casas, a degradar os pavimentos. Portanto espero que ele ponha (e eu disse-lhe isto) a mão na consciência e resolva pelo menos na N109, o grave problema que nos criou. Obrigado.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) [061](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [062](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [063](#)

“A resposta também é simples. O Senhor Secretário de Estado colocou a mão na consciência e verificou que o Governo teve aqui uma decisão gravíssima, patética até, por vários motivos. Primeiro, como os senhores sabem (o senhor deputado sabe) a introdução de portagens no troço da A25 entre Ângeja e Aveiro é um roubo que o Governo está a fazer aos cidadãos de Aveiro, porque é uma estrada que foi construída sem dinheiros da SCUT. A Mota-Engil não aplicou lá um tostão - foi o nosso dinheiro.

Vossas excelências dizem que não concordam. Mas o que é verdade é que também o PS, na sua globalidade, é o autor do projecto e o autor da decisão, porque também temos que dizer, como cidadão o digo, nós fomos enganados! O Eng.º João Cravinho quando instituiu as SCUT disse que eram vias sem pagamento para o utilizador. O mesmo Partido, posteriormente, vem dizer que não senhor, que não é! Expliquem-nos lá como é essa questão.

Relativamente a se a estrada está municipalizada? Eu já disse aqui que, no limite, a Câmara de Aveiro pode proibir o trânsito naquela estrada.

E digo-lhe mais. Nem sequer é preciso proibir. Se no prazo de um ano a estrada N109 no troço de Aveiro/Cacia não for reparada ninguém lá vai passar! Ninguém lá vai passar! Porque ela está tão degradada, tão degradada, que a Câmara não intervindo “per si” as pessoas não passam lá. E eu acho que o Secretário de Estado chegou a essa conclusão. E o modo como ele vai-se interligar com a Câmara a mim interessa-me pouco. Interessa-me sim que o problema se resolva senhor deputado. O senhor deputado está preocupado como é que isso se vai interligar, pois a mim interessa-me pouco. O que me interessa é que se resolva o problema dos cidadãos, esse é que me interessa.

Relativamente respondendo ao senhor deputado do BE queria-lhe dizer isto: Eu sou Presidente da Junta de Freguesia para defender os assuntos dos Cacienses, tanto quanto me for possível. Estou-me completamente nas tintas para como se lá chega na resolução disso. Se é a Câmara, se é o Governo, se é outra entidade qualquer, para mim muito pouco isso interessa.

Agora que as entidades que têm responsabilidades nisso o devem resolver isso é verdade. E é para isso também que nós cidadãos contribuímos, para que essas entidades possam e devam resolver estas situações. Esta é uma situação que foi criada exclusivamente pelo Governo. Exclusivamente pelo Governo. Portanto o Governo deve ter essa decisão de colaborar com a Câmara naquele grave problema.”

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [064](#)

“Gostaria de começar a minha intervenção lembrando as questões que coloquei no Período de Antes da Ordem do Dia e que espero que sejam respondidas agora. Nomeadamente, aquelas que se prendem com a questão das piscinas (do Beira-Mar) localizadas no centro da cidade.

Volto a repetir: é um espaço degradado. É uma perda de equipamento desportivo. Estão numa degradação contínua e neste momento até admito que possam existir questões de segurança devido ao facto daquele espaço estar ao abandono. Se somarmos este espaço ao do quartel, temos dois espaços nobres no centro da cidade de Aveiro que de facto se encontram devidamente degradados. Senhor Presidente, até quando? Como é que isto se resolve? Quando é que se resolve? É urgente tratar desta questão, porque de facto estamos a falar de situações que começam a extravasar o simples âmbito municipal.

Segunda questão que se prende com o que vem escrito na Comunicação do Senhor Presidente. A dada altura diz que, para resolver problemas das empresas municipais foi criado um grupo municipal!? E a minha pergunta ou as minhas perguntas são as seguintes: quais são as vantagens concretas de criação deste grupo municipal? E quais são as tarefas que lhe vão estar incumbidas? Quando eu pergunto quais são as vantagens concretas, o que eu pretendo saber exactamente é se foi avaliado o impacto quantitativo que a criação deste órgão ou desta unidade ou desta entidade, vai permitir obter na gestão destas empresas municipais?

Segunda pergunta, relativamente ainda a esta questão é se a Câmara, quem é que vai continuar a tutelar as empresas. Já não é a Câmara? A Câmara Municipal já não tutela as empresas municipais? É que está escrito que a Câmara Municipal vai ser o órgão representante desta unidade e a minha pergunta é, já não o é?

A minha pergunta ainda vai mais longe, porque é que só agora, seis anos passados, para tomar uma decisão de criação de uma unidade destas? E tenho as minhas sérias dúvidas (e olhando para os balancetes que acompanham a Comunicação do Senhor Presidente) que esta situação permita resolver questões pendentes, nomeadamente as questões financeiras que são imputadas a cada uma das empresas municipais. Porque eu parto do pressuposto que se começar a funcionar agora, estamos a falar de questões que vão resolver actos futuros e não actos passados.

Mais uma questão ainda. Estamos a falar de uma “central de compras”. Mas quem compra? A Câmara? Será que é a Câmara que vai agora assumir o papel de revender aquilo que compra às empresas municipais? Eu gostava de ter essas questões esclarecidas aqui.

Avançando um bocadinho mais, na Comunicação do Senhor Presidente, eu constato que há uma redução de cinco milhões de euros em cinco meses! É obra Senhor Presidente, é obra!

Admito que qualquer empresa gostasse dos gestores financeiros que reduzissem cinco milhões de euros em cinco meses nos seus quadros. E a minha pergunta é, a que custo? A que custo?

O que é que implica esta redução do passivo financeiro? Até porque há aqui uma questão que é repetitiva nestas coisas. A sua Comunicação quando se faz acompanhar de um conjunto de balancetes das empresas municipais, porque é que não vêm lá os balancetes da Câmara Municipal? É o custo do papel? Não é o custo do papel porque os documentos são enviados pela internet, portanto não pode ser o custo do papel. E a minha pergunta é, porque é que não vêm os documentos da Câmara Municipal, que é um pedido reiterado de há não sei quantas sessões e por aí fora.

Mas relativamente às Contas aguardemos pela prestação de contas para perceber efectivamente o que é que esta redução de cinco milhões de euros significa. E já lá voltaremos quando falarmos no Plano de Saneamento Financeiro. E termino por aqui a minha intervenção Senhor Presidente.”

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁵

“Excelentíssima Senhora Mesa, Excelentíssima Senhora Câmara, no que diz respeito à Comunicação da Câmara Municipal, gostaria de dar os parabéns ao Executivo pela sua melhoria, no que nos tem vindo a habituar. Gostaria também de realçar uma vez mais o protocolo estabelecido com a PORTUCEL, pois permite deste modo que Aveiro dê um passo importante na afirmação do panorama económico nacional.

Sublinho ainda o arranque das obras da fábrica de baterias Nissan e espero que com estes dois grandes empreendimentos sejam criados novos postos de trabalho para os muitos aveirenses que por infelicidade da vida se encontram numa situação de desespero.

Quanto à freguesia de Cacia, este protocolo vem possibilitar no contexto da mobilidade a concessão de uma avenida tão desejada pelo povo, que tanto tem sido sacrificado ao longo dos anos. Nesse sentido esperamos que em breve seja elaborado um Plano de Pormenor específico para aquela zona.

Uma palavra de agradecimento à Câmara Municipal por continuar a lembrar-se dos antigos e actuais autarcas.

A cerimónia de distinção que organizaram contou com a presença de alguém que com a sua disponibilidade, o seu saber e a sua sapiência, traduziu a vida dos homens bons, dos verdadeiros agentes da democracia ou seja dos autarcas; refiro-me ao Mestre Dr. Amaro Neves. Gostaria também de dirigir uma palavra de apreço pela parceria que a Câmara Municipal de Aveiro e o Governo Civil estabeleceram na realização do Congresso Nacional do Folclore português.

Uma palavra também à Câmara Municipal pela forma como tem dado vida ao Centro de Congressos através da realização de congressos e espectáculos. Por último verifico que depois do mau tempo, já anunciaram os trabalhos no separador da Avenida Dr. Lourenço Peixinho a fim de se proceder ao seu embelezamento. Espero que durante as festas do município a nossa Avenida possa ser um canteiro florido. Obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) ⁰⁶⁶

Vogal Vitor Martins (PPD/PSD) ⁰⁶⁷

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. Iria centrar a minha intervenção sobre um tema que já foi desenvolvido por nós várias vezes nesta Assembleia, que é o Parque da Sustentabilidade. E os desenvolvimentos sobre esta matéria, nomeadamente os concursos recentemente lançados, levam-nos a voltar a falar sobre esta matéria e reafirmar as posições que já temos tomado sobre este assunto.

Cabe-me reafirmar a nossa oposição inequívoca a dois projectos contidos no Parque da Sustentabilidade, nomeadamente a intervenção na praça ou jardim do Alboi e a construção da ponte sobre o Canal Central.

A intervenção na praça do Alboi descaracteriza de forma incompreensível a marca acolhedora e única daquela unidade histórica do concelho. Introduce no coração do bairro do Alboi um volume de tráfego significativo que eu não tenho a certeza que tenha sido tráfego que tenha sido quantificado. Desconsidera a opinião do movimento dos cidadãos, da Comissão de moradores e de cidadãos individuais que se têm mobilizado de forma notável contra este projecto. Aliás, com considerações bastante deselegantes sobre algumas destas intervenções e bastante reveladoras do entendimento do Executivo sobre a forma de integrar a participação dos cidadãos na gestão municipal. Excelente! Espectacular, diz-nos o Senhor Presidente - desde que não seja contra. Se assim não for, existe manipulação política, objectos obscuros por trás.

A construção da ponte sobre o Canal Central, para além de ter uma solução plástica que é sempre de mais difícil concretização e análise, é para nós duvidosa e que tem impactos negativos significativos sobre uma das paisagens urbanas mais importantes do nosso concelho. Mas tão importante quanto isto é a sua potencial alteração que esta obra pode trazer e pode gerar nos usos do bairro do Alboi — aparentemente não chegam os problemas gerados pela diversão nocturna que foi sendo concentrada na zona da praça do peixe. O que potencialmente esta ponte vai gerar é um aumento significativo de tráfego para o bairro do Alboi. A ida da concentração de um número maior de pessoas em actividades de diversão nocturna e portanto

de irreparável alteração nos usos habitacionais e da necessidade de tranquilidade para que as pessoas possam habitar naquele bairro.

Este também é mais do que nunca um momento de gestão rigorosa dos recursos que são disponibilizados, os recursos públicos. E portanto, gastar e insistir de forma reiterada em projectos que nos parecem gravosos para o município, é um gasto absolutamente escusado e que deveria merecer a reflexão do executivo. Aparentemente não merece! Gera-nos ainda mais incompreensão quando os projectos mais nobres do Parque da Sustentabilidade parecem ser os mais atrasados, nomeadamente a requalificação dos parques. Aí sim deveriam ser concentradas as energias do município para resolver problemas graves que neste momento existem no parque Infante Dom Pedro. Aparentemente, a não ser que o Senhor Presidente tenha notícias mais recentes, esses projectos são os mais atrasados e a prioridade do município é sobre os projectos mais gravosos do município!

Nós não podemos deixar (como disse no início) de reiterar as nossas posições sobre esta matéria. Não sei se ainda vamos a tempo de fazer o executivo reconsiderar a sua posição sobre estes projectos, esperamos que sim. Disse, para já.”

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁶⁹

“Obrigada Senhor Presidente. Antes de mais queria cumprimentar a Mesa, a excelentíssima Câmara e os meus colegas deputados. Antes de mais e na qualidade de cidadã, natural da Freguesia de Requeixo, como sabem é uma Freguesia muito verde, não podia deixar de enaltecer a iniciativa da Junta de Freguesia que teve o mérito de trazer à ‘cidade’ uma mostra tão emblemática daquilo que é a beleza natural da Freguesia de Requeixo e a sua especificidade.

Portanto queria aqui reiterar aos meus colegas deputados o convite que já foi feito pelo senhor Presidente da Junta, para que todos possam visitar a exposição que está ali. E também não podia deixar de agradecer o empenho e a dedicação do Sr. Dr. Manuel Cartaxo e das técnicas da Divisão da Cultura da Câmara Municipal, que foram os grandes responsáveis pela exposição do espólio e das fotografias que estão ali no corredor.

Portanto tendo dito estas palavras acerca da minha própria Freguesia, gostaria então de debruçar-me agora sobre a Comunicação do Senhor Presidente.

Gostaria de louvar uma vez mais a opção deste município pela candidatura a projectos a fundos nacionais e comunitários, em especial ao programa operacional de potencial humana POPH. É com agrado que constatei que foram assinados recentemente os termos de aceitação da decisão de aprovação dos Planos local e municipal da acessibilidade de Aveiro, que creio serem instrumentos importantes e estratégicos na participação, envolvimento e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos aveirenses.

Ainda no âmbito do programa operacional de pesca, gostaria de destacar o projecto “Salicultura, Passado, Presente e Futuro” que pretende a revitalização do percurso pedonal das marinhas e que possibilita a todos os visitantes, não só usufruir da beleza natural da ria, mas igualmente ter um conhecimento mais aprofundado do processo de salicultura que como todos sabem constitui uma referência e um ícone da identidade da cidade de Aveiro. Disse.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁰

“Senhor Presidente, senhores deputados, três assuntos. O primeiro assunto prende-se com o Teatro Aveirense. As notícias que o Senhor Presidente dá na Comunicação são absolutamente insuficientes e não se compreende ou não se depreende daquilo que escreve, qual é a estratégia que a Câmara Municipal de Aveiro preconiza para a principal infra-estrutura cultural do município.

Esta é uma preocupação forte do Partido Socialista que vem acompanhando com grande detalhe o andamento e a gestão deste processo por parte do Senhor Presidente da Câmara. Quería chamar a atenção para três ou quatro aspectos. Primeiro aspecto. A esta altura ainda não temos director artístico!?. Estamos já há alguns meses sem alguém que se preocupe e dedique o seu tempo em exclusividade à programação e à gestão do Teatro Aveirense. Isso tem sido assegurado pela Senhora Vereadora do Pelouro da Cultura, que é obviamente uma pessoa com grande experiência, mas seguramente a absorção do Pelouro não se cingirá naturalmente à gestão do Teatro Aveirense. E a pergunta é: para quando o novo director artístico e sobretudo o que é que esse director artístico se propõe fazer?

Segundo aspecto prende-se novamente com a total desarticulação que há anos vem sendo verificada entre o Teatro Aveirense e a programação do Centro Cultural e de Congressos. Temos dito e a experiência do dia-a-dia não nos tem desmentido, que existe uma concorrência no espaço do município entre essas duas programações — o que do nosso ponto de vista é lesivo do interesse municipal hipotecando uma articulação de uma programação que se queria mais larga, com maior amplitude e que melhor servisse os munícipes.

Por outro lado, vemos também com preocupação a não aceitação da proposta do Partido Socialista, em se encetarem esforços no âmbito da CIRA, para que pudesse haver uma articulação efectiva entre os Teatros Municipais desta região por forma a que pudesse haver uma maior oferta e um leque de potenciais clientes superior ao que existe neste momento. Aliás, as receitas de bilheteira estão aí para atestar que cada vez menos as pessoas têm ido ao Teatro e é uma realidade triste que nós estamos a atravessar e que temos que inverter. Aproveitava para informar o seguinte porque me parece bastante importante e relevante o que o Ministério da Cultura promoveu em Fevereiro deste ano, portanto neste mês. A criação de uma rede nacional de Teatros Municipais e que para o efeito vai disponibilizar uma linha de financiamento para potenciar conteúdos, programações, investimento em recursos humanos, e nas estruturas técnicas que aliás o Teatro Aveirense está tão carecido.

Esse diploma fica pronto em Maio. E eu apelava fortemente ao Executivo municipal e directamente ao Senhor Presidente da Câmara de Aveiro, que se pudesse empenhar pessoalmente neste dossier por forma a poder potenciar esta linha de financiamento no âmbito da comunidade intermunicipal, para se ver se de uma vez por todas Aveiro pode liderar este processo, no sentido de cooptar pelas outras programações dos Teatros municipais para que a Região de Aveiro tenha uma programação cultural nos seus Teatros, nas suas infra-estruturas, que merece e de que está tão carecida.

Um outro assunto prende-se com os acessos à Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico. Se por um lado os acessos previstos na construção da Unidade de Tratamento, responsabilidade do Governo, estão neste momento em “stand by” em virtude do estado financeiro e da crise financeira que o país atravessa, há no entanto do lado Norte uma estrada que atravessa Mamodeiro e Nossa Senhora de Fátima, que está há longo tempo prevista a sua construção.

E esta via, dedicada à Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico, que naturalmente será uma mais-valia urbanística e de desenvolvimento do município, era uma estrada que devia ter sido construída para a construção da Unidade de Tratamento Mecânico/biológico. Ela hoje, ao dia de hoje, temo que está longe de se pôr o primeiro metro de alcatrão. E é uma realidade lamentável senhores deputados.

A Câmara de Aveiro sabe há muitos anos que a Unidade de Tratamento vai ser localizada em Eirol. A Câmara de Aveiro sabe há muitos anos que aquela estrada está prevista. O Senhor Presidente anuiu num traçado que houve até grande confusão no âmbito da Comissão da Assembleia Municipal para se saber exactamente por onde passava a estrada, e depois dá-se estas situações lamentáveis de levantamento das pessoas porque não houve consensualização desse traçado.

Devo dizer que, no anterior mandato, enquanto exerci funções de vereador, esse traçado não foi à Câmara e também não veio aqui à Assembleia! E também não foi à Câmara neste

mandato! E portanto, ninguém sabia institucionalmente nos órgãos próprios da autarquia onde é que ia passar a estrada e como estava a ser gerido esse processo.

E as informações que vêm da ERSUC é que o traçado estaria consensualizado. Que foi pago um projecto, foi adjudicada a obra, mas que felizmente ela não foi contratualizada porque o Senhor Presidente veio dizer que se calhar o trajecto já não era assim.

A Junta de Nossa Senhora de Fátima não sabia bem em que modo é que andava e, portanto, isto tudo gerou uma enorme confusão. Felizmente parece que se vê uma luz ao fundo do túnel. Na Junta pelos vistos as coisas estão consensuais! Já se transmitiu isso à Câmara. Mas o que é facto é que andamos praticamente há quatro anos com este dossier, quando havia a responsabilidade total da Câmara e do seu Presidente (porque é o Presidente da Câmara e a Câmara Municipal de Aveiro que decidem por onde é que as vias municipais passam no território municipal) e nós andámos longos anos sem esta situação estar resolvida.

E eu pegava na preocupação que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cacia, o Senhor Casimiro Calafate há pouco referia. O problema é este senhores deputados: é que o facto da estrada não estar construída e o facto de termos tráfego pesado a passar na rede viária municipal é um flagelo para aquelas populações — e será obviamente um flagelo para as finanças da Câmara, porque é a Câmara Municipal que tem a responsabilidade de zelar por essa rede viária e portanto a inépcia da Câmara Municipal em ser diligente em construir ou mandar construir ou decidir o traçado nessa faixa do território faz com que anos mais tarde a Câmara vai ser fortemente onerada, quando não devia ser, no arranjo dessa rede viária municipal do interior do município de Aveiro. E devia ser naturalmente mais acarinhada e que não está a ser por parte deste executivo municipal.

Por último PDM. O andamento do PDM. Torna-se a falar em inúmeras reuniões sectoriais, que os trabalhos estão a andar em bom ritmo — enfim, eu queixo-me sempre da mesma coisa. O Senhor Eng.º Carlos Santos responde-me sempre da mesma maneira! Bem, quase que arrisco “a ver vamos, como dizia o outro” para ver até onde é que esta revisão que está neste momento do lado da Câmara nos vai levar e quanto tempo vai demorar.

Mas há uma questão que me suscitou e com isto termino a minha perplexidade. O Senhor Presidente da Junta de Requeixo anunciou nos órgãos de comunicação social e aos aveirenses que haverá mais zonas de construção na sua freguesia. Não quero fazer um juízo de valor neste momento se isso é bom ou se isso é mau!? A minha pergunta é esta: é curial no momento em que se está a rever o PDM, em que uma (do meu ponto de vista) das fortíssimas preocupações deste executivo que era a limitação dos perímetros urbanos e a aposta clara na requalificação do edificado e das estruturas urbanas existentes, será curial este anúncio? Com base em quê? É alguma promessa feita pelo Senhor Presidente da Câmara? Estou a perguntar e gostava de saber a resposta. Estas são as questões que gostaria de ver respondidas e naturalmente a questão do canil que há pouco levantei.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) [071](#)

Presidente da Mesa [072](#)

Vogal Raúl Martins (PS) [073](#)

Presidente da Mesa [074](#)

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, nos termos regimentais, sendo o mesmo aprovado por maioria.

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [075](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Da Comunicação Escrita, apresentada à Assembleia resulta (e eu depois procurei no pdf com as palavras-chave) a não referência ao Congresso da Ria que aí vem. Dir-se-á, não é propriamente uma actividade do município! Mas do meu ponto

de vista devia ser comunicado à Assembleia. E isto, para explicar o miserabilismo que resultou (ouvem-se vozes)... não tem a ver com isso!? A questão é que o município de Aveiro, não é uma questão de ser miserabilista ou ter que estar mais representado que os outros ou ser mais do que os outros. O problema é que nós não vivemos sozinhos. Aveiro não vive sozinha, não vive isolada do mundo, pelo contrário, é o grande pólo aglutinador desta região como é evidente. Tanto assim é que é capital de distrito. Tanto assim é que a região se chama Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. O nosso Presidente da Câmara não é um Presidente de uma Câmara qualquer. É o Presidente da Câmara de Aveiro. E o nosso concelho quer queiramos quer não, tem um bocadinho mais de relevância; como Lisboa tem também que é a capital — é a síndrome da capitalidade e não temos que nos esconder com isso. Não temos que nos conter com isso. O Eng.º Ribau Esteves é o Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, da CIRA. O Eng.º Ribau Esteves é uma figura peculiar! É uma figura peculiar. Tem utilizado claramente e se calhar todos aqui percebemos isso e se calhar custa-lhes mais até aos do próprio partido dele o facto de utilizar como plataforma dele ser o homem, o man show! Mas o que é certo é que o Congresso está aí e é preciso que Aveiro marque presença. Eu não estou a dizer que tenhamos que estar em todos os painéis, até podemos não ter em nenhum. Agora o nosso Presidente da Câmara Municipal não ter...!? É institucional! É institucional! Tem que estar presente.

Os nossos vereadores, todos eles, mesmo os do poder, mesmo aqueles do poder que são do poder mas que não são do poder, que são os vereadores do CDS, mas esses não receberam o convite presumo. Não receberam convite e portanto é grave. Eu acho que é grave.

Poder-se-ia pensar em que é que os cidadãos de Aveiro vão melhorar com isto? O que é que isto importa ao cidadão comum, à nossa vida particular? Importa. Porque Aveiro tem obrigação de capitanear o desenvolvimento regional. Tem que estar presente! Tem que decidir! Tem que forçar os outros e dizer que sim! E essa é que é a verdadeira questão.

Esta Câmara, o Presidente de Câmara, ele por si próprio não tem que pôr alcatrão ou alindar como disse o presidente da concelhia do PSD a grande obra desta Comunicação que é feita no eixo central da Avenida Dr. Lourenço Peixinho! Haja paciência!? Isto é uma Assembleia política. Isto é uma Assembleia política e portanto nós temos que estar preocupados com as directrizes políticas. E a política por muito descaracterizada que esteja e a culpa é de todos os políticos, de todos, de todos os partidos, por muito que o BE não se queira meter nisto, também é deles sim. Fazemos todos parte do sistema democrático representativo, é assim. Somos todos parte e se as coisas correm mal é evidente que uns têm mais responsabilidades que os outros, mas temos todos, ninguém se quer de fora. E quando um cidadão diz: “ai a culpa é dos políticos e tal”. Não pense que não põe todos no mesmo saco, porque põe! E nós temos todos essa obrigação. E a questão é que, quem é eleito, no final das contas, volvida a eleição, este Presidente de Câmara ganhou com 50%, foi o resultado que esta coligação teve 50%, tem a obrigação de ter um Presidente da Câmara a assumir-se! A tomar decisões! Estar presente nos sítios e capitanear esta cidade! É isso que se pede.

Se não tem essa força de vontade, se não tem essa presença, se não tem esse jeito, não pode estar como Presidente de uma Câmara Municipal e sobretudo não pode estar na minha Câmara Municipal e não pode estar na Câmara Municipal de Aveiro.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [076](#)

Vogal Celina França (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [077](#)

“Boa noite excelentíssima Mesa, excelentíssima Câmara e colegas deputados. Ao analisar a Comunicação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente num parágrafo que me é particularmente caro, que é a questão da acção social, eu pude verificar que são feitas aqui algumas alusões a três ou quatro iniciativas muito pontuais. Não há aqui nada de substância que nos permita aferir qual é a actividade que a Câmara tem desenvolvido, ou melhor tem

desenvolvido não, porque a Câmara já no ano transacto disse aqui que não tinha política de acção social, que a acção social não era desenvolvida pela própria Câmara, mas era sim desenvolvida pelas organizações não governamentais, nomeadamente pelas IPSS`s e portanto assumido isto claramente no ano transacto, presumo e de facto não está aqui nada escrito em termos de actividades concretas e continuadas de apoio aos mais carenciados do nosso município.

Mas há aqui um parágrafo, há aqui um ponto que me suscita alguma curiosidade e que eu acho que era importante a Câmara poder partilhar com esta Assembleia Municipal, porque ela é de alguma maneira a representação dos munícipes do Concelho de Aveiro e isto diz respeito à questão do diagnóstico social.

Diz-se que foi finalizado o diagnóstico social do concelho e diz-se que se estão a organizar workshop no sentido de traçar o Plano de Desenvolvimento Social. Penso que seria muito importante que a Câmara nos trouxesse a esta Assembleia Municipal quais são os principais problemas que foram identificados neste diagnóstico e quais são as linhas que pensa traçar (traçar não diria, porque está assumido que não tem política para esta área), mas qual é a orientação, qual é o apoio que pretende dar às ditas organizações que irão desenvolver esse Plano?

E gostaria concretamente de saber se, no âmbito deste diagnóstico social, se está diagnosticado o problema nomeadamente dos sem abrigo que vem aqui referido no ponto a seguir, que diz houve um encontro promovido em parceria com as Florinhas do Vouga no âmbito dos sem abrigo!? Tanto quanto eu sei, um encontro não resolve problema a ninguém. Quando muito serve de reflexão entre técnicos, entre os diversos parceiros para equacionar a problemática, mas não vem resolver o problema a nenhum sem abrigo. Penso que seria importante percebermos o que é que está pensado para esta faixa de população que nos preocupa. Aliás, basta recordar infelizmente o caso trágico de um nosso concidadão que morreu num prédio abandonado. E já agora apresentava mais um ou aliás mais dois prédios que eu gostaria de acrescentar àqueles que já foram mencionados aqui pelos meus camaradas de bancada e que prende-se com o prédio que está no canal de São Roque, (dois aliás) um de frente para o Canal de São Roque que está abandonado há anos, que é um prédio que não foi concluído, começou a ser construído e foi abandonado, está seguramente há quatro, cinco anos completamente abandonado, morreu lá uma pessoa! Continua abandonado. A Câmara ainda não se socorreu dos instrumentos legais que tem no seu poder para accionar, não sei se accionou se não, mas continua na mesma sem tomar qualquer iniciativa que se veja e que previna futuras situações semelhantes àquela que aconteceu infelizmente.

Há outro prédio atrás, portanto isto a crescer àqueles que já foram aqui identificados, isto para voltar a falar da questão dos sem abrigo, portanto se está sinalizado o problema dos sem abrigo neste diagnóstico social quantos são? Se sabem quantos são? Digam. Quais são as características destes sem abrigo?

E além dos sem abrigo a questão dos arrumadores que também já foi aqui falado. Quantos são? Quem são? São arrumadores do quê? De onde é que vêm? São de Aveiro? Não são de Aveiro? São dos concelhos limítrofes? Vêm do resto do país? Vêm do Porto? Vêm de Lisboa? Acho que era importante haver alguma informação mais substancial neste parágrafo na acção social.

E gostaria também de solicitar à Câmara que desse essa informação assumindo que têm uma acção concreta de acções que permitam dar apoio a estas populações mais carenciadas, então que nos digam quem são as IPSS`s que estão a trabalhar para dar resposta a estes problemas — porque existem IPSS`s no concelho. E qual é o tipo de apoio que a Câmara dá. Se são técnicos, se financeiros. Porque para fazermos jus a uma transparência da administração é importante que os nossos concidadãos, os munícipes de Aveiro, pagam os seus impostos, também saibam em que é que o dinheiro público é aplicado e como é que é aplicado na resolução destes problemas. Tenho dito.”

Vogal Raúl Martins (PS) [078](#)
Vogal Carlos Barros (CDS) [079](#)
Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [080](#)
Vogal Paulo Marques (CDS) [081](#)
Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [082](#)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [083](#)
Presidente da Mesa [084](#)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [085](#)
Presidente da Mesa [086](#)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [088](#)
Presidente da Mesa [089](#)
Vogal Marques Pereira (PS) [090](#)
Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [091](#)

Da Câmara Municipal

Vereador Miguel Soares e Fernandes: [092](#)

“Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente de Câmara, ilustre Executivo, caríssimos deputados, senhores jornalistas. Uma saudação especial aos munícipes que nos acompanham do outro lado do monitor, seja na sala, seja em qualquer espaço, não só de Portugal mas lá fora, porque a partir de hoje estamos com um raio universal e portanto além fronteiras via internet.

Para responder às questões que aqui foram colocadas e que directamente dizem respeito aos meus pelouros, começaria pela questão que penso que foi suscitada pela Dr.ª Ana Maria Seíça Neves, no tocante a um problema que se tem registado, lamentavelmente devo confessar, na Rua Combatentes da Grande Guerra. Ali por trás, ali junto à casa Martelo, à estação dos correios.

Posso-lhe dizer que do ponto de vista da fiscalização de âmbito municipal, que já efectuamos através da Divisão da Polícia Municipal, dos vários autos de contra-ordenação que foram movidos contra os munícipes e outras pessoas que ali teimam em parquear os veículos, nós estamos a actuar.

Sucedem porém que a nossa perplexidade regista-se quando na prática a Polícia Municipal, porque não consegue estar lá 24 horas a título permanente, porque logisticamente é impossível, o acto de e a incivildade continua. O cidadão não respeita as prescrições gerais, portanto as linhas amarelas, e efectivamente as condições de acesso ao estacionamento subterrâneo que ali está, que ali foi construído para que as pessoas ali parqueassem. Entendemos que as condições económicas não são fáceis, no entanto isso não justifica, digamos o acto de incivildade que ali é diariamente praticado. Portanto da nossa parte Polícia Municipal estamos a actuar. Também sei que haverá soluções que já estão a ser estudadas, penso eu, o meu colega Eng.º Carlos Santos irá falar, respeitante àquilo que pode ser feito para limitar e condicionar aquele estacionamento abusivo. Isso é uma decorrência e infelizmente constatamos da incivildade dos cidadãos. Portanto podemos criticar, podemos anotar, podemos fiscalizar, mas é reiterado nessa prática de desrespeito em relação às regras de trânsito em relação ao estacionamento abusivo naquela zona. Estamos a trabalhar nesse sentido.

Para responder também a outra das questões que foi suscitada e concretamente pelo deputado Gonçalo Fonseca no tocante aos regimes de horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais. Já aqui foi dito e já tivemos oportunidade de esclarecer que a Câmara já promoveu uma série de consultas no âmbito do regime legal que surgiu em 15 de Outubro do ano passado e nesse sentido estou em condições para assegurar aqui a todos os deputados desta Câmara que a Câmara Municipal tem a audição feita a todas as entidades que nos

termos da Lei era obrigada a consultar. Concluída neste momento tudo o que são Associações Sindicais, Associação Consumidores, as autoridades oficiais que se deviam ter pronunciado quanto a esta matéria já o fizeram. A Câmara de Aveiro aqui assume o seu papel do ponto de vista institucional e político, através da promoção de um projecto que entendemos que é decisivo do ponto de vista do desenvolvimento económico e a estratégia e a política de desenvolvimento económico que nós queremos prosseguir, tem duas vertentes. Uma delas é democrática, porque efectivamente somos obrigados não só por lei mas também por via institucional a promover consultas em entidades que existem na nossa democracia, as que acabei de anunciar. E por outro tem uma perspectiva universal e também ela inter-municipal, o que é que eu pretendo dizer com isto? A Câmara de Aveiro, todo o executivo decidiu que não devia ficar apenas e tão só com estas entidades e decidiu alargar o âmbito de consulta das entidades que de forma interessada poderão pronunciar-se sobre esta matéria e para isso mesmo também já desenvolveu a consulta de vários municípios do nosso distrito, a nossa grande região de Aveiro.

Posso-vos dizer que quer as entidades que há pouco enunciei, quer os municípios que responderam prontamente à nossa missiva, desde Águeda, Oliveira-do-Bairro, Sever do Vouga, Murtosa, Castelo de Paiva, Arouca e Anadia, todos estes municípios, todas estas entidades se mostraram de uma forma ou de outra contra o alargamento dos horários das grandes superfícies.

Se é certo que os municípios, estes que acabei de anunciar, responderam no sentido de não possuírem grandes superfícies, e portanto quanto a esta matéria não tinham nada a acrescentar. A verdade é que também decidimos consultá-los, apesar de não terem hipermercados, porque entendemos que a política de defesa do comércio local não passa pelos municípios que só têm o dito pequeno ou médio comércio e portanto essa consulta foi feita nesse âmbito. Em todo o caso como eu dizia há pouco a vertente é universal, é também ela intermunicipal e a Câmara de Aveiro alargou esta consulta aos concelhos que possuem grandes superfícies, nomeadamente de Porto, Gaia, Viseu, Coimbra, Feira, Ovar, Figueira da Foz e Espinho.

A nossa ideia é termos uma leitura de conjunto, portanto penso que de uma forma responsável mas também séria, nós não poderíamos naturalmente pela seriedade deste assunto limitarmos tão pouco a tomar uma decisão de uma forma isolada, ficando aqui sozinhos com uma decisão desgarrada e portanto nesse sentido promovemos estas consultas, aguardamos apenas e tão só a pronuncia dos municípios que possuem as grandes superfícies que há pouco enumerei, mas posso-vos dizer que estamos em condições do ponto de vista formal para garantir que as entidades que foram consultadas oficialmente, a grande maioria delas é contra o alargamento exceptuando o caso por exemplo da DECO que foi a única entidade que se pronunciou de uma forma favorável quanto à liberalização destes horários.

Também lhes posso dar nota de que recebemos um abaixo assinado dos trabalhadores de uma grande superfície, neste caso do Jumbo, foram cerca de 150 pessoas, que também se mostraram contra e alegaram, e aqui posso-vos dizer alguns exemplos que do meu ponto de vista são de grande sensibilidade social, são situações que chocam em pleno século XXI, o saber-se que do ponto de vista laboral, estão a ser vividas no nosso país.

Em pleno século XXI a mim choca-me, não só como responsável político, mas também como cidadão, verificar que retrocedemos a prática ancestrais em matéria laboral. Isto é preocupante.

Do ponto de vista das comunicações oficiais também, porque também as grandes superfícies beneficiam do regime transitório que está previsto na Lei, apenas a única entidade que se pronunciou dizendo que iria alargar o horário foi a grande superfície o Jumbo, as restantes limitaram-se a usufruir da faculdade legal que está prevista no regime que foi aprovado no ano passado, portanto em Outubro do ano passado.

Portanto do ponto de vista da decisão, naturalmente só após a consulta destes concelhos é que a Câmara Municipal estará em condições de uma forma global, séria, responsável de tomar uma decisão. A seu tempo o faremos. Temos um prazo legal para respeitar até Março, portanto estaremos em condições de o fazer. Mas penso que seria irresponsável e irrazoável pedir à Câmara de Aveiro, que de uma forma quase digamos automática tomasse esta decisão sem ponderar naturalmente todo um contexto intermunicipal que eu penso que deve estar sempre a nortear e deve capitalizar a função de uma capital de distrito que é Aveiro. Tenho dito.”

Vereadora Maria da Luz Nolasco ⁰⁹³

Vereador Carlos Santos ⁰⁹⁴

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁹⁵

Presidente da Câmara: ⁰⁹⁶

“Sumariamente responder às questões que terão ficado em aberto. Dr.^a Ana Maria Seíça Neves já não está, mas acredito que até ao Verão a questão do quartel do parque fique definitivamente resolvida. Entretanto vamos averiguar a situação que aqui nos foi colocada em relação a esse caso pontual.

Em relação à Junta de Requeixo, saudar o respeito pelo património valioso que a freguesia tem, que é importante a Junta fazer relevar. João Carlos Valente, reafirmar cada uma das palavras que aqui proferiu em relação ao Conselho Municipal de Segurança. Dr. Marques Pereira pedir desculpa pelo lapso, é uma falha minha, a questão do protocolo da REFER, da qual me penitencio. Vou ver se consigo corrigir essa situação e peço desculpa.

Em relação à realização do Iº Congresso da CIRA, penso que falaremos e iremos reflectir no final do congresso. Na altura do balanço e da avaliação final parece-nos muito mais sério. Vamos naturalmente avaliar as apresentações, os conteúdos, as conclusões e tirar daí as ilações devidas e objectivas. Entretanto daqui a sete a oito horas lá nos encontraremos à entrada do Congresso.

Em relação à questão do Senhor João Barbosa. Da aposta que deve ser feita no Turismo. Naturalmente que estamos de acordo com as preocupações e com as ideias que aqui expressou, mas dar-lhe o seguinte número que são factos. Em quatro anos, de 2007 a 2011, quase duplicámos o número de dormidas no nosso concelho. De 120.000 em 2007 passámos para 201.000 dormidas em 2010. Nós temos uma média de 3.700 dormidas por semana aqui no nosso concelho — quando só há 1400 camas disponíveis.

Este aumento, naturalmente deve-se às circunstâncias, porque as circunstâncias permitem. Espelha também uma estratégia e também do trabalho de muita gente que tem sido notável a trabalhar nesta área e os resultados naturalmente são bons, mas não é para parar, é para melhorar e muito.

Em relação ao Senhor Casimiro, já conversámos. Já dei nota das diligências realizadas, do diálogo havido, das intenções do Secretário de Estado. Penso que também já recebeu cópia do último ofício que mandámos para o Senhor Secretário de Estado, não sei se já lhe foi entregue. E naturalmente vamos continuar a insistir e a aguardar pela decisão do Tribunal em relação a este assunto. Só também uma nota mais política para reflectir sobre o molde da abordagem que o Partido Socialista tem em relação aqui a alguns assuntos. É porque foi interessante, porque em duas Comunicações quase seguidas, em relação a dois assuntos é dispendida uma opinião quase oposta uma da outra. Em relação aos dois casos que aqui estão, o caso do Alboi e o caso de Nossa Senhora de Fátima, é dito por um deputado, o Dr. Paulo Jesus, que a Câmara não ouve os cidadãos; que a Câmara é insensível aos cidadãos; que a Câmara não valoriza a participação dos cidadãos, que a Câmara não ouve ninguém!? Isto em relação a um caso concreto. Logo a seguir, no outro caso, o outro orador diz o seguinte: “ a Câmara (não o diz directamente, mas indirectamente quis dizer assim) não deveria ter ouvido os cidadãos! Se me dizem assim, a estrada devia estar feita há três anos, numa altura em que reconhecidamente e afirmadamente aqui foi dito pelo ilustre deputado de que não havia

consenso, de que havia algumas interpretações diferentes em relação a essa abertura, dizer assim – a rua devia ter sido construída há três anos, significa que não devíamos, exactamente o oposto daquilo que foi dito antes pelo ilustre deputado Dr. Paulo Jesus.

Da nossa parte dizer que Nossa Senhora de Fátima pode ser apontado como exemplo. Nós estamos sempre abertos ao diálogo. O que tínhamos a corrigir em Nossa Senhora de Fátima, não tivemos nenhum prurido em corrigir nos casos em que reconhecemos que era válido, que tinha fundamento as propostas que chegaram. Mas depois naturalmente chega uma altura que é a altura da decisão e Nossa Senhora de Fátima penso que decidiu bem.

Por último, que não em último, em relação à certificação de qualidade dos serviços. Este é um dos aspectos nucleares da actividade de um Executivo. Este é o melhor caminho para nós servirmos naturalmente os cidadãos. Começou com o GAI, que foi uma mudança radical muito positiva que tivemos no município em termos de atendimento. Continua com esta certificação de serviços. Amanhã vamos ter a certificação penso de mais quatro serviços que aqui foram referidos e no fundo o que se pretende é dar mais qualidade, mais eficiência e também ter um atendimento de excelência. Também acredito que nesta área do atendimento até final do mandato, ainda haverá boas notícias para trazer a esta Assembleia. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) [097](#)

“Bem, tentando ser breve por motivos óbvios. Ouvi aqui que se pretende fazer uma série de investimentos no Parque Desportivo de Aveiro e ouvi com preocupação! Sinceramente pergunto-me como é que um concelho sem uma rede de transportes minimamente decente, quer investir mais numa zona onde já está aquilo que é o maior erro do concelho de Aveiro dos últimos 50 anos e provavelmente também dos próximos 50 anos, que é o Estádio Municipal de Aveiro. Esses novos equipamentos eventualmente vão ficar mais uma vez fora da cidade, num sítio onde ninguém acredita sequer que possa surgir uma nova centralidade. Hoje as cidades querem-se mais concentradas para facilitar a mobilidade e equipamentos culturais ou desportivos que devem ser construídos onde a maior parte da população tenha acesso sem dificuldades de maior. Já temos ali um elefante branco, que por acaso até é bastante colorido, mas desta forma arriscamo-nos a ter mais, hipotecando de vez o futuro do concelho. Mas gostava de saber também qual é o papel da Visabeira nesses investimentos? Isso não foi aqui dito e na verdade parece-me que vai ser a Visabeira a maior beneficiada com esses investimentos e não os cidadãos.

Depois foi aqui dito e congratulo-me com isso que está um concurso aberto para canalizações exteriores no Bairro de Santiago no valor de cento e cinquenta mil euros. Foi dito hoje 24 de Fevereiro e ainda bem. Mas como eu não gosto e acho que ninguém gosta que a política se fique por palavras, quero só informar que o BE vai estar atento a esse concurso, ao seu desenrolar e vai querer que ele se confirme o mais depressa possível com a urgência necessária, que na verdade devia ser para ontem.

Ninguém disse que a Polícia vai impedir a vivência de quem vive no Bairro de Santiago! Ninguém disse isso. Mas a pobreza e a fome sim impedem. E o que disse é que essa selecção é um erro, essa selecção da polícia é um erro, porque parte de um preconceito social que eu percebi muito bem porque é que existe.

Existe porque se faz política baseada no senso comum, naquilo que se ouve e já que é assim eu vou dizer para vocês ouvirem que no Bairro de Santiago há fome; há famílias em desespero total e que precisam de ajuda urgente e apoio social já. É lá que estão algumas das maiores vítimas das opções económicas erradas que tivemos em Portugal nos últimos vinte anos. Obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS) [098](#)

Vogal João Barbosa (PS) [099](#)

De seguida o presidente da Mesa¹⁰⁰ deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 25 de Fevereiro (6.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 02:00 horas do dia 24 de Fevereiro de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:30)